

O que Sarney fez pela crise

Ricardo Noblat

No momento em que o presidente José Sarney conclui, em palestra para estagiários da Escola Superior de Guerra, que estão esgotados os modelos político e econômico adotados pelo Brasil nas últimas décadas, cabe refletir sobre a contribuição dada por seu governo para a "penúria total de recursos" em que se encontra o Estado. O presidente disse que o Estado já não dispõe mais de recursos para "gerir e atender às mínimas necessidades" que lhe competem.

De início, poderia ter dito que recebeu o Estado em melhores condições que as que ele exibe hoje, e uma economia em uma situação, extraordinariamente, melhor que a atual. No seu período de governo, a economia mundial não foi abalada pelas crises do petróleo que atropelaram as administrações dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo. Não sofreu, tampouco, o choque dos juros, que saltaram de 7,5% para 22% em 1982. O PIB cresceu 4% de 1984 para 1985.

Sarney herdou uma reserva de divisas da ordem de 8,5 bilhões de dólares e uma taxa anual de inflação de 200%. Algo em torno de 6 bilhões de dólares foi torrado na época do plano cruzado para a importação de produtos que começaram a faltar no mercado interno — de carne e milho, a bacalhau, caviar e cerveja boliviana. O ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, estima em 5,2 bilhões de dólares o preço pago pelo país com a moratória. A inflação disparou para 600% ao ano. O crescimento do PIB em 1988 será de menos de 1%.

A ausência de uma política econômica coerente, os desacertos que levaram o governo a ter quatro ministros da Fazenda e cinco presidentes do Banco Central no curto espaço de tempo de três anos, a retórica oficial contra o FMI e o capital estrangeiro, a instabilidade inerente a todo processo constituinte — a soma desses fatores desestimulou investimentos externos no Brasil. De resto, o Estado foi pródigo em inchar seus quadros e em conceder generosos aumentos.

Nos seis anos do governo Figueiredo, as empresas estatais empregaram mais 6.600 funcionários. Em três anos de Sarney, do PMDB do deputado Ulysses Guimarães e do PFL do ministro Aureliano Chaves, elas absorveram mais 58 mil. Na administração direta, foram criadas 80 mil novas vagas. Os militares, diplomatas, professores universitários e



a magistratura tiveram aumentos reais de salário superiores a 40%.

A expansão desmesurada de gastos com pessoal e outros custeios reduziu a capacidade de investimento do Estado e aumentou a necessidade de financiamento por conta dos títulos do Tesouro que têm um caráter, marcadamente, inflacionário. O próprio déficit público e a inflação já retraem as receitas governamentais em função do lapso que ocorre entre a data dos fatos geradores dos tributos e seu recolhimento ao Tesouro. É a inflação patrocinada pelo governo alimentando o processo falimentar do Estado.

Mais: essa mesma inflação provoca, por inércia, o aumento do déficit público, associado ao pagamento da dívida interna. Se combinarmos tudo isso com uma moratória que inibiu financiamentos externos e com as maciças transferências de recursos para cobrir o rombo dos Estados e dos municípios, encontraremos parte das explicações que Sarney preferiu omitir quando se deteve sobre a exaustão do modelo econômico do país.

A crise do Estado é o próprio Estado. Ultimamente, ela foi levada ao paroxismo como meio de um governante obter a legitimidade do seu mandato. Tentativa vã.

Sem revista — Por enquanto, pelo menos, não se saberá se algum integrante da comitiva do presidente Sarney aproveitou a recente viagem a Nova Iorque para contrabandear computadores. A bagagem da comitiva não foi vistoriada antes do retorno ao Brasil — muito menos na sua chegada na Base Aérea de Brasília. Os funcionários da alfândega que tiveram acesso ao Boeing presidencial e ao Boeing de apoio se limitaram a cumprir formalidades de praxe.

Jânio encanta — O ex-governador Leonel Brizola costuma telefonar, regularmente, para o ex-deputado Nelson Marchezan. Não desiste de obter seu apoio para a sucessão presidencial. Marchezan se reuniu, há pouco tempo, com o prefeito Jânio Quadros e ficou encantado com suas idéias para o país. No momento, pelo menos, Marchezan está mais para Jânio do que para Brizola. Ao ministro Aureliano Chaves, Jânio jurou que não será candidato a presidente.

Covas espera — Nos últimos dias, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, não consegue mais disfarçar seu estado de irritação. Está irritado com o deputado Ulysses Guimarães, com o ritmo quase parando da Constituinte, e com os colegas que insistem em permanecer no PMDB. Covas sairá — mas gostaria muito de, antes disso, ser destituído da liderança da bancada. Sairia como vítima. Fernando Henrique Cardoso renunciará à liderança do PMDB no Senado na próxima semana.